

O MAIOR REVOLUCIONÁRIO DAS AMÉRICAS: a vida épica de Toussaint Louverture, de Sudhir Hazareesingh (2021)

Igor Tostes Fiorezzi¹

SUDHIR, Hazareesingh. **O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture**. Tradução Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Artigo recebido em: 25/10/2022.

Artigo aceito em: 01/02/2023.

RESUMO:

“O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture”, de Sudhir Hazareesingh, trata da vida do principal líder da Revolução Haitiana. Essa resenha analisa, em um primeiro momento, o argumento principal da obra. Em um segundo momento, volta-se para o debate entre ela e a historiografia da Revolução Haitiana. Por fim, a resenha tenta analisar de que forma a obra incorpora os conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência.

PALAVRAS-CHAVE: Toussaint Louverture; Revolução Haitiana; Estrutura; Evento; Agência.

BLACK SPARTACUS: the epic life of Toussaint Louverture, by Sudhir
Hazareesingh (2021)

ABSTRACT:

“Black Spartacus: the epic life of Toussaint Louverture” by Sudhir Hazareesingh, tells the life of the main leader of the Haitian Revolution. This review analyzes, at first, the main argument of the work. Then, it turns to the debate between it and the historiography of Haitian Revolution. Finally, the review tries to analyze how the work incorporates the historiographical concepts of structure, event, and agency.

KEYWORDS: Toussaint Louverture; Haitian Revolution; Structure; Event; Agency.

¹ Bacharel em Direito (FD-USP) e Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5944027653643613>; ORCID: 0000-0003-4073-2057; E-mail: igor.tostesfiorezzi@gmail.com. Membro do GEBRICS/USP.

A obra “O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture”, de Sudhir Hazareesingh foi publicada no Brasil em 2021. Ela traz a biografia de Toussaint Louverture, escravizado que viria a se tornar líder da Revolução Haitiana. Baseado em ampla pesquisa documental de fontes primárias provenientes de arquivos de franceses, britânicos, americanos e espanhóis, o autor tem como objetivo jogar novas luzes sobre a vida da personagem, seu pensamento e ação. A leitura tem como público-alvo não apenas pesquisadores voltados à história política e à escravidão, mas também alunos dos anos iniciais de História e outros leitores em geral, interessados por História Global e processos revolucionários.

Essa resenha voltar-se-á à análise da obra em três momentos. Em um primeiro deles, trataremos de investigar o seu argumento central. Posteriormente, tratar-se-á da historiografia pertinente, de autoria de C. R. L. James, Carolyn Fick e Edmund Morgan. Ao final, serão feitas algumas considerações à luz dos conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência, teorizados por Koselleck e Sewell.

O argumento principal da biografia parece ser reconstruir a imagem de Louverture enquanto personagem central da Revolução Haitiana. O autor dá ênfase à originalidade de seu pensamento e à individualidade de sua ação, destacando suas qualidades pessoais de liderança e ação, bem como seu senso de fraternidade, seus ideais republicanos e sua ética religiosa. A ênfase recai, sobretudo, na sagacidade e na habilidade diplomática e destreza para virar situações a seu favor. Também é frequente o destaque à originalidade de seu pensamento, com intuito de sublinhar as influências locais – caribenhas e africanas – na construção de suas estratégias políticas e militares.

Embora isso esteja presente em toda a obra, trataremos com mais detalhe dos eventos narrados durante o processo constitucional de 1801. É certo que o autor entende que Louverture, à época da elaboração da Constituição, não pretendia romper com a França metropolitana, mas, pelo contrário estreitar seus laços com ela. Na sua interpretação, a premissa para a elaboração do texto constitucional foi

uma subversão da Constituição de 22 de setembro, inserindo a jurisdição das colônias em um “limbo jurídico”. Esse teria sido estrategicamente aproveitado por Louverture para atender aos objetivos coloniais, o que consiste, no argumento do autor, em uma prova de sua originalidade e individualidade (HAZAREESINGH, 2021, p. 310-12).

De início, o autor argumenta que, mediante as múltiplas interpretações desse processo constitucional, a historiografia deixou de lado o dinamismo do pensamento de Louverture. Todavia, essa suposta capacidade de Louverture é contradita em seguida, em que se relata que Louverture seguiu “ao pé da letra” as propostas do comissário Raimond (HAZAREESINGH, 2021, p. 311-4), enviado metropolitano, para guiar seu próprio processo constitucional. No mesmo sentido, o autor revela que boa parte do interesse social colocado por Louverture no texto constitucional foi tirado de Rousseau (HAZAREESINGH, 2021, p. 325), o que também contraria, em alguma medida, a originalidade de seus ideais republicanos.

Dito esse primeiro ponto, cabe-nos passar ao centro das discussões desse debate, que parece ser a questão da liberdade e da cidadania na Constituição Louverturiana. A obra nos traz argumentos frequentes de ética republicana, de valores de proteção, humanidade, redenção, perdão e retidão do governador haitiano. A escolha de fontes documentais foi estratégica nesse sentido, pois foram selecionados depoimentos que corroboram com vigor a construção desses traços da personalidade de Louverture (HAZAREESINGH, 2021, p. 320-1).

Assim, parece que se adota o ponto de vista de que a Constituição foi completamente motivada por “cálculos políticos racionais” de Louverture. O artigo 3 do texto constitucional abolia a escravidão e colocava a liberdade como uma qualidade inerente aos homens e mulheres da colônia. Essa narrativa relata ainda que, durante o jantar em homenagem à nova Constituição, Louverture brilhava de contentamento, porque negros e brancos sentavam juntos, em igualdade, supondo por si que a servidão nas plantations jamais voltasse a existir. Esse episódio ilustra

bem o argumento do autor de que havia um “pluralismo social” entre as elites brancas e o exército negro. Para o autor, Louverture foi o responsável por conferir uma abordagem mais colonial às próprias leis metropolitanas, defendendo uma cidadania ativa, com base no exercício de virtudes, de princípios morais e da religião (HAZAREESINGH, 2021, p. 324-42).

Contrariando essa narrativa, parece interessante o fato, revelado pelo autor, de que Louverture era, na verdade, o “único negro” a participar da Assembleia Constituinte (HAZAREESINGH, 2021, p. 314). Não obstante esse fato, que pode ser facilmente contornado e explicado, é a cláusula constitucional, equiparando liberdade colonial à “francesidade”, o alvo das discussões historiográficas (HAZAREESINGH, 2021, p. 340).

Essa discussão deve ser compreendida dentro de um quadro mais amplo de outras obras sobre a Revolução Haitiana. Talvez a obra de maior destaque, nesse sentido, seja “Os jacobinos negros” (1938), de C. L. R. James. Segundo o próprio autor, James ressalta a importância da mobilização coletiva contra a escravidão na política de Saint-Domingue, trazendo Louverture como seu principal elemento e enfatizando a interdependência entre a revolução metropolitana e a colonial. Apesar disso, James, criticado por Hazareesingh, teria minimizado a autonomia local na definição do pensamento político Louverturiano, dando excessiva ênfase às ideias e políticas europeias (HAZAREESINGH, 2021, p. 23-4).

Outra contribuição importante para compreender o conceito de liberdade foi trazida por Morgan. Esse, embora trate da escravidão norte-americana, é interessante para compreender a crise do sistema colonial no caribe inglês e sua relação com o caribe francês, em seu *Slavery and Freedom* (1972). O autor, revendo sua posição, passa a enxergar a escravidão como base formadora da sociedade norte-americana. Um dos argumentos de Morgan (2000) é de que a independência americana foi articulada por intelectuais da Virgínia, uma colônia profundamente escravista.

O ponto central, em Morgan, é discutir o conceito de Jefferson de liberdade, que equivaleria à propriedade de terra e aversão às dívidas, deixando de lado a noção de trabalhado assalariado. Para Morgan, a escravidão negra substituiu a escravidão por servidão de brancos endividados. E foi esse fato que produziu um senso de igualdade entre brancos libertos e grandes senhores, gerando uma aproximação entre a Virgínia e os ideais de participação política da Nova Inglaterra (MORGAN, 2000).

Essa distinção entre diferentes teorizações acerca da noção de liberdade é mencionada e bem elaborada por Carolyn Fick. A autora publicou o seu “The Making of Haiti” em 1991. Para o autor do livro resenhado, em Fick, Louverture é elaborado como uma figura marginal da resistência popular, que tem como foco os escravizados *marrons* (HAZAREESINGH, 2021, p. 25). Apesar dessa crítica, Fick é quem parece melhor discute os conceitos de cidadania e liberdade na Revolução Haitiana. Ela nos propõe uma oposição entre a cidadania plena – de caráter militar – e a noção de “cidadania de plantation”.

Em sua leitura, a Revolução Haitiana se coloca como uma luta de classes, pela qual perpassam diferentes projetos de emancipação. Para os escravizados, a emancipação é uma autoemancipação que garantiria o acesso à terra. Já para os administradores franceses, a liberdade implicaria a obrigação de trabalhar nas plantations. A “cidadania de plantation”, portanto, se constituiria como resposta metropolitana à rebelião, invertendo o jogo, com intuito de garantir o trabalho forçado nas plantations apesar da abolição. Nesse jogo, Louverture é um mero executor da ordem francesa (FICK, 2004).

Hazareesingh, por sua vez, apenas menciona o sistema de plantations coercitivo, descrevendo que os mais beneficiados não eram os negros, mas sim os empresários britânicos e americanos. O autor tenta se afastar das críticas ao mencionar que esse sistema não é suficiente para negar o ideal de fraternidade e os valores de Louverture, uma vez que essa política agrária tinha como objetivo claro

defender as conquistas da colônia e o bem comum, indo contra a destruição da capacidade produtiva (HAZAREESINGH, 2021, p. 333-42).

Feitas essas considerações, cabe destacar a atualidade desse debate, dentro do qual se insere a obra resenhada. Para melhor recuperá-lo, a obra talvez deveria se afastar mais da idealização acerca dos traços e dos valores Louverturiano, trazendo mais próximos de si os conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência, úteis ao tipo de análise proposto.

No caso das estruturas, Koselleck as entende como categorias de média e longa duração, dotadas de maior temporalidade do que os eventos. Segundo ele, estrutura e evento remetem um ao outro, embora não se confundam. As estruturas fornecem as condições de possibilidades para eventos, enquanto esses são o pressuposto para proposições e modificações estruturais. Dessa forma, estrutura e evento condicionam-se reciprocamente, sem, no entanto, fundirem-se (KOSELLECK, 2007, p. 135-40). Uma outra definição de estrutura que nos interessa é elaborada por Sewell. Ele entende que as estruturas são formadas por esquemas e recursos. Os esquemas são constituídos de procedimentos generalizáveis aplicados ou estendidos a uma grande variedade de contextos. Esse atributo de transponibilidade é essencial aos esquemas, pois permite a sua transposição a novas situações quando haja oportunidade (SEWELL, 2017, p. 139).

Na biografia de Hazareesingh, o diálogo entre estrutura e evento existe, embora não seja o ponto focal de suas análises, pelo menos em parte da obra. A exemplo disso, o processo constitucional de 1801 parece ser tratado de forma bastante isolada em relação aos debates e disputas políticas constitucionais norte-americanos e mesmo em relação àqueles processos que tiveram lugar na França metropolitana no final do século XVIII.

Sewell ainda coloca como parte integrante das estruturas os recursos. Nessa definição, os recursos são os meios reais pelos quais a capacidade transformadora é empregada como poder. A ativação desses elementos materiais

como recursos – isto é, a determinação de seu valor e poder social – depende dos esquemas sociais (SEWELL, 2017, p. 140-3). Sobre os recursos, é interessante notar o que Sewell coloca como “imprevisibilidade da acumulação de recursos”. Esse conceito revela que a utilização dos recursos pelos agentes, enquanto consequência da execução dos esquemas, não é totalmente previsível. Por exemplo, um ataque de cavalaria bem-sucedido em um novo território pode alterar os planos de batalhas e campanhas subsequentes (SEWELL, 2017, p. 148-9). Sem levar em conta esse conceito, Hazareesingh parece narrar um processo constitucional no qual a Constituição fora mera elaboração quase perfeita dos “cálculos políticos racionais” de Louverture (HAZAREESINGH, 2021, p. 339).

Essas considerações dialogam, por fim, com a noção de agência, também investigada teorizada por Sewell. Em sua elaboração, agência é a capacidade de transpor os esquemas da estrutura a novos contextos. Ser agente corresponde ao exercício de algum grau de controle sobre as relações sociais nas quais se está imerso, com habilidade para transformar aquelas relações sociais (SEWELL, 2017, p. 148-50).

A agência humana, em Sewell, é o que sustenta e reproduz as estruturas. Mas, não somente, a agência também tem potencial para ser inventiva e inovadora, tornando possível a modificação das estruturas, por meio de transposições de esquemas e remobilizações de recursos. Nessa definição, a capacidade para agência é inerente a todo ser humano. No entanto, a forma de agência está delimitada pelo número e tipo dos esquemas culturais e dos recursos culturais disponíveis. Essa forma é cultural e historicamente determinada. A agência ainda é, ao mesmo tempo, coletiva e individual, uma vez que os atos de transpor esquemas e mobilizar recursos são sempre atos de comunicação com outros (SEWELL, 2017, p. 151-8).

De posse dessas ideias, parece bastante possível dizer que Louverture teve inegável agência nos inúmeros eventos narrados. A agência de Louverture é nítida inclusive do ponto de vista interno da Saint-Domingue colonial, organizando a

administração e lidando com os trabalhadores das plantations. No entanto, a obra parece enfatizar as características pessoais do líder, seu senso de fraternidade, sua ética religiosa e suas virtudes. Talvez, teria sido útil situar a agência de Louverture dentro dos limites histórico-culturais da estrutura na qual ela se insere, afastando-se de uma abordagem muito pessoalizada.

Sendo assim, a obra teria muito a ganhar se trouxesse mais argumentos que contribuíssem para o debate sobre as múltiplas acepções de liberdade, presentes na historiografia de Morgan, James e Fick. Além disso, seria interessante trazer uma perspectiva mais historicizada dos traços e dos valores pessoais do biografado, considerando as relações de condicionamento mútuo entre eventos e estruturas, bem como as suas consequências disso para a formação da agência em suas dimensões coletivas e estruturais.

Seja como for, é possível dizer que a obra dá sua principal contribuição ao campo historiográfico não apenas por representar um notável exemplo de minuciosa pesquisa em arquivos. Ela é também capaz de mostrar o paralelo existente entre a história de longa duração e os eventos de temporalidades menores. Da mesma maneira, a sua narrativa também trata das relações entre o que se coloca como história política nacional e aquilo que está mais próximo da esfera de ação individual de um sujeito.

REFERÊNCIAS

FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 26, n. 2, p. 359-361, mai./ago. 2004.

HAZAREESINGH, Sudhir. **O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture**. Tradução Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2007, p. 133-145.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 121-150, abr. 2000.

SEWELL, William Hamilton. Uma teoria da estrutura: dualidade, ação e transformação. In: SEWELL, William Hamilton. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Tradução Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017, p. 132-158.